

**JOVENS (IN)FINITAS NA SOCIOEDUCAÇÃO: MULTILETRAMENTOS E  
O DIREITO À LITERATURA PARA MENINAS EM PRIVAÇÃO DE  
LIBERDADE**

Grassinete Carioca de Albuquerque Oliveira<sup>18</sup>

Pablo Ítalo Moura de Anchieta<sup>19</sup>

Lucas Wendell de Oliveira Barreto<sup>20</sup>

Maria Salete Peixoto Gonçalves<sup>21</sup>

**RESUMO**

Somos seres de linguagens e, como tal, estabelecemos interação com o discurso de outrem pelos enunciados concretos. Em um contexto de privação de liberdade, onde as normas e as regras são estabelecidas como forma de preservação da ordem e dos corpos, pensar em uma proposta didática que articule a pedagogia dos multiletramentos com as jovens (In)finitas que se encontram neste lugar é fundamental. Nesse sentido, esse texto tem por objetivo discutir as potencialidades pedagógicas do trabalho com literatura a partir do projeto “Lugar de Fala de Jovens (In)finitas: empoderamento do olhar através da ótica dos multiletramentos” que se compreende como construção semiótica da ação que se materializa em oficinas realizadas no CSMM, além de discutir aspectos educacionais relativos ao direito à literatura e ao desenvolvimento do imaginário a partir do texto multissemiótico.

**Palavras-chave:** Literatura. Multiletramentos. Socioeducação

**INTRODUÇÃO**

---

<sup>18</sup> Docente pela Universidade Federal do Acre, Ufac, Rio Branco-Acre, Brasil. E-mail: grassinete.albuquerque@ufac.br.

<sup>19</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Letras Inglês, pela Universidade Federal do Acre, UFAC, Acre, Brasil. E-mail: italo321pablo123@gmail.com

<sup>20</sup> Historiador, Mestre em Educação, Especialista em Docência e Prática do Ensino de História, Professor Supervisor no “Programa de Atendimento à Meninas Adolescentes em Privação de Liberdade no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães/ Rio Branco (CSMM/AC)”. E-mail: lucaswendelloliver@gmail.com.

<sup>21</sup> Psicóloga, Doutora em Educação, docente pela UFAC, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Práticas Decoloniais Freireanas (GPPDEF) e do “Programa de atendimento a meninas adolescentes de 12 a 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas no centro socioeducativo Mocinha Magalhães”. E-mail: maria.goncalves@ufac.br

Este artigo é fruto de uma relação experiencial dos autores com a prática socioeducacional, emergente do anseio pela justiça social, e tem como base os estudos direcionais praticados no Grupo de Pesquisa em Práticas Decoloniais Freirianas, através do Programa de Atendimento à Meninas Adolescentes em Privação de Liberdade no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães/Rio Branco (CSMM/AC). O artigo tem por objetivo discutir as potencialidades psicopedagógicas do trabalho com literatura em contexto socioeducativo de privação de liberdade. Para isso, tomamos como base o projeto “Lugar de Fala de Jovens (In)finitas: empoderamento do olhar através da ótica dos multiletramentos”, que se compreende como construção semiótica da ação que se materializa em oficinas por meio de propostas didáticas realizadas no CSMM. Além disso, buscamos discutir aspectos educacionais relativos ao direito à literatura e o desenvolvimento do imaginário a partir do texto.

Para tal, discutiremos a perspectiva atual da Socioeducação brasileira, pensando sua atual formulação, suas práticas educacionais e sua relação com a ressocialização de jovens em privação de liberdade. Para além disso, discutiremos aspectos relativos à literatura como instrumento de formação humana, necessária e imprescindível quando se pensa em educação, inclusive no espaço socioeducativo. A relação da literatura com seu leitor ultrapassa as barras de ferro das celas e os altos muros de concreto com suas narrativas, não obstante, seu poder relativiza as compreensões de liberdade psíquica e corporal, uma vez que se relaciona com o mundo a cada nova leitura.

Dito isto, fomos inseridos no movimento decolonial-freireano de pensamento/ação que revestiu nossas bases teórico-metodológicas, atuando como suleador das práticas emergentes. A abordagem tomada, qualitativa e de pesquisa-ação, prioriza a experiência, o diálogo (políticas de escuta e fala<sup>22</sup>), ações colaborativas e as narrativas pessoais como elementos metodológicos que se relacionam com o ver, o viver e o sentir da *práxis*. Ademais, como geração de dados, além do levantamento bibliográfico, optamos pela documentação narrativa da experiência pedagógica (SUARÉZ, 2015), por buscarmos através de tensionamento e discussão de conhecimentos subjetivos em relações pedagógicas horizontais, promover entre pares a intersecção de saberes e reescrever o percurso da vivência mediante descrição textual narrativa.

---

<sup>22</sup> “Política de escuta e fala é entendida aqui como uma atitude de investigação que prima pela horizontalidade e pela ação colaborativa na produção e interpretação da realidade constituídas nas/pelas narrativas. Esta atitude move-se na des-construção de um lugar epistêmico de poder para propor a instauração de um movimento de decolonização de práticas investigativas e de formação que desterritorializa saberes hierárquicos e produz uma co-elaboração de conhecimentos pedagógicos.” (RIOS, MENESES, 2020, p. 899).

### Multiletramentos e Socioeducação: caminhos possíveis

Os primeiros indícios da socioeducação ocorrem por volta de 1927, quando foi decretado a partir da promulgação do Código de Menores que “nenhuma criança ou adolescente fosse privada de liberdade em prisão comum. Criou-se, desde então, instituições que, ao menos em tese, carregassem consigo especificidades do regime pedagógico” (Gonçalves, 2021, p. 32). No entanto, mesmo sem estar explícito a palavra Socioeducação, foi com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que se instituíram as medidas socioeducativas como o conjunto de normas e práticas construídas após os atos infracionais. Segundo Bisinoto *et al.* (2015, p. 576):

A noção de socioeducação surgiu com a implementação das medidas socioeducativas normatizadas pelo ECA, o qual contempla a organização estrutural e o funcionamento das instituições de atendimento, mas deixou uma lacuna quanto à compreensão da socioeducação que pudesse se materializar em intervenções consistentes e promotoras do desenvolvimento dos adolescentes.

Essa lacuna persistiu por 22 anos depois do surgimento do ECA e, mesmo diante da criação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) ainda em 1991, nota-se a inexistência de equiparidade em relação às leis que estabelecem diretrizes para as medidas socioeducativas e aos direitos humanos de crianças e adolescentes. As medidas socioeducativas recebem com o SINASE o caráter jurídico de suposta efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes que respondem por um ato infracional. Para Gonçalves (2022, p. 43):

O Sistema Nacional de atendimento socioeducativo – Sinase – foi somente aprovado em 18 de janeiro 2012, seis anos após a criação da/do resolução/documento Sinase (2006) e 22 anos após a Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990). A lei do Sinase trouxe, ao cenário da Política Pública da Socioeducação, o caráter de legalidade para a criação, organização, estrutura e o funcionamento dos Institutos e Centros Socioeducativos em todo o Brasil. Também regulamentou atividades, diretrizes e práticas de execução de medidas socioeducativas voltadas a adolescentes autores de ato infracional. Estabeleceu regras de adequação, transição e transferência dos programas que já existiam anteriormente a esta lei, voltados para o atendimento socioeducativo.

Com este movimento, é esperado que instituições socioeducativas atuem em concordância com a efetividade de tais leis, promulgadas e sancionadas. Entretanto, a via que percorre esses espaços é ainda mais densa, a indiferença aos parâmetros nacionais institucionalizados revela a relação dicotômica entre a socioeducação e o poder público, que afere ao espaço previsto como pedagógico, como de punição, em disparidade com o que o Estatuto da Criança e do

Adolescente diz no Art. 5, da lei 8.069: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

A socioeducação brasileira haveria de se situar essencialmente na esfera educacional, como o próprio sufixo a promove, mas há de ser reconhecido que diversos estados brasileiros constituem seus Centros Socioeducativos na esfera da segurança pública, pensando a socioeducação como dispositivo punitivo, contrário ao movimento de justiça social restaurativa. Outrossim, a colonialidade exercida no âmbito socioeducacional dá-se, sobretudo, ao concebê-lo como educativo e executá-lo em discordância, como exprime Gonçalves (2022, p. 21):

Se de um lado, no campo discursivo dos planos, leis e projetos, há um esforço em atender às internas tendo em vista a urgência de sua ressocialização e da Justiça Restaurativa; de outro, na prática, ocorre a sutura do seu corpo a uma subjetividade infame. Isso porque a proposta de socioeducação se apresenta como mais uma tecnologia de um necrobiopoder, no qual a governabilidade dos corpos está intrinsecamente organizada a partir de critérios de colonialidade.

Ao propor justiça restaurativa utilizando de estratégias de punição, a Socioeducação cai num abismo de falácias, onde a preocupação em ressocializar aquele corpo em virtude de suas práticas passadas, perde espaço para os processos de docilização (Foucault, 1987) através da violência moral, física e psíquica. Esse processo reflete as práticas do necrobiopoder (Bento, 2018), onde a manutenção do corpo foca somente na punição pela infração cometida pelo adolescente e o Estado se isenta de agir com medidas restaurativas ao passo que nega a sua culpa na construção dessa necrobiopolítica, que faz uns viverem e condena outros à morte.

Ao pensar nos aspectos relacionados, aqui se tensionam as relações de *práxis* pedagógicas que acontecem na contramão do que se exerce dentro de muitos centros socioeducativos (Barbosa, 2013), a exemplo da pena-pedagogia e da violação de corpos aprisionados, assim como o adoecimento psíquico. Diante disso, buscaremos dialogar com as propostas pedagógicas emancipatórias, para além da punição, agem com o intuito de reparar o desserviço do sistema socioeducativo, compreendendo o movimento promovido e a efetividade dos mecanismos de controle, sobretudo em Rio Branco, no Acre.

Em 2015, o estado do Acre vivenciou um crescimento súbito do tráfico de drogas em meio a tríplice fronteira Acre/Peru/Bolívia, que resultou em revoltas e conflitos urbano-marginais que desencadearam um movimento de aflição e temor entre a população acreana. A violência entre as facções acometeu a morte de diversos jovens e adolescentes, “nos anos correlacionados (2015 a 2018), a



maior incidência das MVI<sup>23</sup> correspondeu também à faixa etária de 15 a 29 anos de idade” (Gonçalves, 2022, p. 124).

Gonçalves (2022), a partir de sua tese defendida em 2022, associa a própria experiência de viver, sentir e escutar o momento em que as facções criminais dispararam o toque de recolher em Rio Branco e impuseram, pelo medo, o desespero nos habitantes da capital. Na tese, a autora discutiu as relações estruturais coloniais presentes nos centros socioeducativos acreanos, com ênfase no único centro feminino do estado, o Mocinha Magalhães e, de modo semelhante, o medo e as normas servem como mecanismo de poder.

Da pesquisa, nasceu a extensão com o projeto “A Decolonização do Olhar de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães”. A partir de um movimento decolonial-freireano, buscava-se trazer uma discussão que provocasse nestas adolescentes a fala do que é vivenciado dentro do centro socioeducativo e o que era experienciar aquele momento. Ressalta-se as falas e os trabalhos propostos nas oficinas de arteterapia, rodas de conversa, debates, filmes e atividades diferenciadas, mas a principal atenção era a escuta ativa e o envolvimento de um olhar sensível, mostrando que, de alguma maneira, elas podiam ser livres através da imaginação, mesmo estando em privação de liberdade. Com a leitura, a mente ultrapassa o ambiente, portanto, a liberdade é muito mais ampla do que o seu conceito demarcativo da consciência de poder, isso é, ultrapassa os limites da compreensão visual daquilo que se pode ter, fazer ou ser. Assim, fazia-se a decolonização do olhar, com oficinas e reflexões, imaginando um outro e possível mundo para além das grades.

Passado um ano de início do projeto de extensão se institucionalizou o Programa de Atendimento a Meninas Adolescentes de 12 a 20 anos em Cumprimento de Medidas Socioeducativas no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães (CSMM), pela Universidade Federal do Acre. Desta vez, com mais de seis projetos previstos para atuarem dentro do Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, integrando a pedagogia Decolonial-Freireana, que suleia os estudos direcionados do Grupo de pesquisa em Práticas Decoloniais Freireanas.

Rios e Meneses (2020, p. 899) aludem que “a decolonialidade inscreve-se na produção de territórios habitados por sujeitos da diversidade que reivindicam o direito a dizer, agir e pensar o mundo a partir de outras experiências de tempo, espaço, corpos, subjetividades e sociabilidades humanas.” Em uma leitura de Freire (1986; 1997), urge sairmos de uma educação bancária para uma educação libertadora e humanista. Isso porque, a educação bancária, infelizmente, ainda se encontra presente nos espaços educacionais e reflete o colonialismo opressor e

---

<sup>23</sup> Mortes Violentas Intencionais (MVI), instituído em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

discriminatório, ao passo que a educação libertadora e humanista busca maneiras para que o sujeito se torne autônomo, agente e transforme a própria realidade vivida. Para isso, a vida vivida é o eixo direcionador das atividades pensadas no espaço de privação de liberdade porque é na vida sentida que conseguimos modificar a realidade que nos rodeia.

Nesse jogo de interlocuções, o programa se situa no campo da transdisciplinaridade e com parceria com outros grupos de estudos e pesquisa no cenário da socioeducação, atuando semanalmente na segunda, terça, quarta e sexta-feira, há quase um ano de sua institucionalização. Diante desse contexto, destaca-se o projeto aqui discutido “Lugar de Fala de Jovens (In)finitas: Empoderamento da leitura e da escrita pela ótica dos multiletramentos”, tendo como objetivo articular proposições pedagógicas que toquem em temáticas como empoderamento feminino e promovam a ampliação de vozes dessas jovens (in)finitas, fazendo o uso de vídeos, músicas, filmes e textos literários. Este é um campo fértil para discussão sobre o papel delas no mundo, sobre o fazer e o ser delas, enquanto o contexto em que se encontram e as possibilidades de irem para o além de, quando estiverem rumo a uma cidadania desejável, que abrace a sua subjetividade constituído através do diálogo entre os discursos.

### **O projeto “Jovens (In)finitas”: contextualizando a pesquisa-ação**

Para iniciar essa seção, Evaristo (2021) enfatiza ser necessário refletirmos que as experiências das mulheres são diferenciadas (brancas, negras, indígenas, entre outras) e, em sendo assim, quando falamos de mulheres, de que mulheres falamos? Essa provocação de Evaristo (2021) nos leva a considerar a literatura feminista negra como lugar de conflitos, de tensão, de reflexão que nos leva a refletir sobre o lugar de fala em que o feminismo negro não exclui, mas amplia porque essas mulheres estigmatizadas são resistência e re-existência (Ribeiro, 2017) frente a uma sociedade preconceituosa como a do Brasil.

Com essa perspectiva, o Projeto “Lugar de Fala de Jovens (In)finitas: Empoderamento da leitura e da escrita pela ótica dos multiletramentos” surgiu como uma ação articulada entre dois grupos de Pesquisa: o Grupo de Pesquisa em Práticas de Insurgências Decoloniais (GPPDEF) e o Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens, Linguística Aplicada e Ensino – ELLAE.

A proposta do Projeto visa compreender como as linguagens de jovens (In)finitas que se encontram no Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, em Rio Branco-AC permeiam suas relações e ações na Socioeducação. Parte-se do princípio de que as múltiplas linguagens permeiam nossas ações no mundo por serem práticas sociais que nos permitem interagir e fazer parte dela, de modo que ler e escrever de modo multissemiótico/multimodal é uma forma de poder capaz de organizar as nossas práticas discursivas.

Franco (2016) nos ensina que a pesquisa-ação é uma metodologia de trabalho colaborativo experiencial, onde educadores e educandos assumem a tarefa social da *práxis* pedagógica e impactam olhares e perspectivas sobre o real e o vivido. Pela ótica freireana, essa metodologia toma corpo mediante planejamento, execução da ação permeada pelo diálogo e, por fim, pela documentação narrativa das práticas exercidas. Nesse sentido, o trabalho, como bem alude Suaréz (2015), permite-nos identificar e construir narrativamente nossas experiências; indagar e refletir sobre aquilo que vem à público por meio delas; publicá-las destacando seu potencial pedagógico.

Com esse princípio, o projeto Lugar de Fala de Jovens (In)finitas: Empoderamento da leitura e da escrita pela ótica dos multiletramentos realiza, semanalmente, encontros com as jovens do Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães, em que são abordados temas que envolvam o empoderamento feminino e o lugar de falas dessas jovens (in)finitas. Para isso, devido a regras que impedem os usos de alguns recursos tecnológicos, vídeos, músicas, filmes são salvos no computador e encaminhados para verificação e autorização para que a proposta seja desenvolvida. Vejamos abaixo, o mapa com as propostas didáticas desenvolvidas entre os meses de julho a dezembro de 2023.

Figura 1: Mapa Mental das Atividades Desenvolvidas em 2023.



Fonte: Acervo dos Pesquisadores

Com propostas didáticas que partem de músicas em línguas estrangeiras (inglês, espanhol e português), filmes e livros de literatura, o projeto vem discutindo questões importantes para as jovens que se encontram em privação de liberdade, como família, solidão, força, determinação e perseverança. De filmes como *Mulher-Rei* a textos literários, a exemplo de “Tudo nela brilha e queima”, de Ryane Leão, a filmografia e a literatura atuam como campos férteis para discussão sobre o papel delas no mundo, sobre o fazer e o ser, no contexto em que se encontram e nas possibilidades de irem para o *além de*, quando estiverem rumo a uma cidadania desejável.

### **A literatura sob a ótica dos multiletramentos**

O livro de literatura de Ryana Leão, Tudo nela brilha e queima, serve como reflexão sobre como mulheres negras no Brasil sofrem com o preconceito e com relacionamentos abusivos. As palavras ditas pela autora ecoam sobre temas polêmicos e (ainda) difíceis de serem discutidos, já que paira no social que mulher boa é a “bela, recatada e do lar”, conforme expressado pelo ex-presidente Michel Temer, em 2016.

Como a proposta do projeto visa desenvolver, pelo diálogo responsivo e responsável, conforme postulado pelo Círculo bakhtiniano, a reflexão crítico-colaborativa sobre o lugar de fala das jovens que se encontram no Centro Socioeducativo por meio da leitura e da escrita sob a ótica dos multiletramentos, a leitura literária das poesias, o ouvir e o enxergar mulheres negras em situação de menos valia, obriga-nos a rever o que entendemos por esse universo feminino em que mulheres negras vivem em seu cotidiano, as violências, os dissabores, os desencontros e as relações abusivas de viverem em um país machista e preconceituoso.

Desse modo, compreender que o ato de educar envolve considerar o outro com todas as suas singularidades, de percebê-lo como sujeito partícipe e que, munido de experiências vivenciadas (re)significam o mundo buscando transformá-lo (Lessa, Oliveira, 2020, p. 467-468), a literatura atua como o (re)conhecimento dessas jovens que se encontram, neste momento, desconectadas com a sociedade, mas a caminho da cidadania desejável.

É pensando nos segmentos contextualizados que adentramos as discussões de uma literatura por direito, que perpassa a existência humana durante os séculos como motivadora, construtiva e essencial à evolução e ao desenvolvimento dos seres humanos, em especial, as crianças e adolescentes, que não usufruem de seus anseios e meios se não acometidas destas narrativas construídas oralmente e textualmente em função de uma ancestralidade cultural, que desenha os vértices, as faces e as arestas de uma sociedade. Ainda no que concerne à literatura como direito e, por isso, fundamental, as concepções que marcam sua efetividade em nossa sociedade desvelam como irreconhecível a necessidade de comprometimento do estado com a literatura, sobretudo, com aqueles em situação de vulnerabilidade familiar, instabilidade social e em privação de liberdade.

A literatura é um dispositivo cultural muito importante no desenvolvimento do ser humano, no que diz respeito a literatura infanto-juvenil, a presença de histórias comoventes e identificáveis a crianças age diretamente na estruturação do indivíduo, que em seu subconsciente destrincha problemas correlatos ao seu processo de crescimento e tece percursos alternativos à



existência destes. Na prática socioeducativa, é possível perceber o quão necessário se faz a literatura para a composição do sujeito a ser ressocializado, e com essa demanda se instituem questionamentos a respeito da seleção de textos a serem ensinados e discutidos em ambiente socioeducativo, e com essas questões, a textualidade literária se torna basilar para esse processo de (trans)formação. Através dos séculos, muitos textos se evidenciaram como qualitativos e representativos à uma sociedade, esses cânones literários desenvolveram papéis extraordinários para os arranjos críticos de diversos povos em diferentes épocas.

Destarte, a inserção do texto no ensino se deverá a diferentes propostas de aprendizado, a começar do letramento ideológico (Street, 2005) que possibilitará ao docente compreender os parâmetros educacionais do aluno; seu repertório sociocultural e suas vivências intertextuais, para que assim ele seja capaz de refletir sobre alternativas metodológicas para o letramento literário do aluno.

No que tange a socioeducação, compreender as existências de histórias vividas por adolescentes em privação de liberdade retrata a complexidade da relação aluno-professor no processo de ensino-aprendizagem, que horizontalmente deverá compreender as vozes que ecoam de um passado silenciado por estas vidas, enquanto reluta um padrão social estrutural fundado por questões colonialistas. “Nessa direção, políticas educacionais foram produzidas de modo que a educação fosse sempre um instrumento de manutenção de um modelo colonial no qual a docência ocupou papel de subordinada aos ditames institucionalizados” (Rios; Meneses, 2020, p. 899). Dessarte, a construção de novas experiências e novos saberes se dá através da ressignificação de conhecimentos passados, conhecimentos esses que são expressos e bem descritos na textualidade literária (Machado, 2002, p. 17), portanto, é inteligível o poder de transformação da literatura na vida de todo ser humano, em especial o ser infante.

Os textos literários, por sua vez, têm papel basilar na formação integral da criança, sua constituição no pensamento se dá através dos meios discursivos que o perpassam em suas vivências, visto que os mecanismos psicológicos e o sistema mental se estabelecem por meio da linguagem e da cultura (Vygotsky, 1991). Através dessa concepção, é inevitável pensar na importância da literatura para o desenvolvimento integral da criança, o texto literário perde sua função meramente pedagógica e adquire o perfil de formador humano, a instrumentação das narrativas infantis passa a ser não apenas acadêmica, mas também familiar.

A construção de um espaço educacional que promova o acesso e a integração do ser em desenvolvimento às literaturas é um fator crucial para o enriquecimento cultural do indivíduo (Zilberman, 2003), isso é, da promoção à capacidade intelectual discursiva com o embasamento de um repertório,

provocado pela inserção do humano nas narrativas discursivas de diversos povos. Ademais, a literatura estará também aliada à produção de sentidos críticos, morais e éticos das crianças (Machado, 2002), construindo seus saberes através da imersão em narrativas que perspectivam vivências relativas às suas, como pode ser visto nos contos de fadas, sobre os quais Bettelheim (2002) discorre acerca da importância do sensível, do imaginário e do fantasioso que idealizam diretamente no subconsciente da criança a formação de saberes.

Compreender que a literatura infantil e juvenil deve partir do pressuposto de constituinte humano, externaliza o caráter social, cultural e político destes textos, como instrumentos diretamente geradores de emancipação pessoal. Em contrapartida, a roupagem pedagógica, que antes, fora utilizada como mecanismo de controle dos indivíduos através da alienação (Zilberman, 2003), atualmente é vista muitas vezes com a mesma roupagem pedagógica e, desta vez, com a finalidade de apenas viabilizar material discursivo para provas temáticas. Outrossim, o acesso à literatura é um bem indissociável ao humano, que em nenhum povo consegue se distanciar do místico, do acreditável, do incompressível, como sugerem Lima *et al.*:

[...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado (Lima, *et al.*, 2012, p. 18).

Enquanto buscamos relacionar o acesso à literatura por meio das vias educacionais, confrontamos as concepções coloniais que ressaltam a impraticabilidade da práxis pedagógica, por outro lado, insurge no pensamento decolonial a representação de uma noção educacional/vivencial distinta, que instiga o pensador a caminhar por outros caminhos, entrando pelas fissuras (Walsh, 2019) criadas ou já existentes no modelo colonial de sociedade. Por tanto “[...] a decolonialidade exige desvincular-se da produção científica fundada no modelo eurocêntrico, ao tempo em que exige aberturas para que outro movimento se instaure reconhecendo a pluridiversidade na produção de conhecimentos” (Rios; Meneses, 2020, p. 899). É através desse viés que surgem às margens científicas os barulhos insurgentes de educadores que compreendem seus papéis educacionais em uma sociedade de infante-juvenis que carecem do olhar humano afetivo, que cuida, acolhe e educa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a essencialidade da literatura como um direito às crianças e aos adolescentes, juntamente das contribuições para o desenvolvimento integral dos indivíduos, tensionar os discursos educacionais que advém das políticas de socioeducação se faz necessário para evolver práticas pedagógicas que resgatem o imaginário, o sonho, o lúdico do subconsciente de jovens em privação de liberdade. Tal medida, favorece diretamente para a ressocialização de corpos atravessados pela colonialidade que estrutura o território brasileiro e que tem por base movimentos de violência e políticas destrutivas de corpos negros, periféricos, subalternos e infantes.

Outrossim, a evidente tentativa de silenciamento das vozes destes se faz primeiramente em seu crescimento, quando lhe são negligenciados condições fundamentais a vida, como moradia, alimentação e saúde, direitos que em sua ausência acarretam sua ausência a sobrevivência, a miséria, a desumanização e o encarceramento. Contudo, a literatura no processo educacional busca, além da construção de subjetividades, a produção de múltiplas liberdades, do corpo, da mente, do espírito, da alma, da energia e da matéria; que adentram as dimensões cosmológicas, compreensivas e significantes do ser, fazendo com que o humano se reconheça como sujeito em meio às suas completudes existenciais, e desperte em seu consciente os movimentos de viradas de chave através da leitura.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, [1920-1924] 2017.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARBOSA, J. P. **Pedagogia Socioeducativa - Repensando a Socioeducação: Um Encontro Entre Educação Libertadora e Justiça Restaurativa**. 2013. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio dos Sinos, 2013.
- BETTELHEIM, Bruno. **A PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS**. 16. ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2002.
- BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BISINOTO, Cynthia; OLIVA, Olga Brigitte; ARRAES, Juliana; GALLI, Carolina Yoshii; AMORIM, Gustavo Galli de; STEMLER, Luana Alves de Souza. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 20, n. 4, 2015, p. 575-585. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/pdf>. Acesso: 01 de jul. 2024.

- EVARISTO, Conceição. Entrevista. **Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira**. Entrevistadora: Morgani Guzzo, da Catarinas. Portal Geledés. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso: 09 jul. 2024.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FRANCO, M. A. S. Pesquisa-Ação Pedagógica: práticas de empoderamento e de participação. **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 511–530, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507>. Acesso em: 19 set. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.
- GONÇALVES, Maria Salete Peixoto. **Marcas de colonialidades**: Centro socioeducativo Mocinha Magalhães – Rio Branco/Acre. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju/ SE: UNIT, 2022, p. 162. Disponível em <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/6880?show=full>. Acesso 06 jul. 2024.
- LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta, 2018.
- LESSA, Angela Bambilla Cavenaghi Themudo.; OLIVEIRA, Grassinete Carioca de Albuquerque. Remição de Pena pela Leitura: uma abordagem transdisciplinar de multiletramentos para a construção da cidadania desejável. **Interfaces Da Educação**, v. 11, n. 32, 2020, p. 466–488. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4499>. Acesso: 09 jul. 2024.
- LIMA, Aldo de [Org.] et al. **O Direito à Literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- MACHADO, Ana Maria. **Como e Por Que Ler os Clássicos Universais Desde Cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento; 2017.
- RIOS, Jane Adriana Vasconcelos; MENESES, Graziela. **FISSURAS CURRICULARES NA PROFISSÃO DOCENTE**: narrativas pedagógicas na/com a diversidade. In. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.Especial, p. 897-908, dez. 2020.
- SUÁREZ, Daniel Hugo. Documentación narrativa e investigación-formación-acción em educación. In: SOUZA, Elizeu Clementino de. (Org.). **(Auto)biografias**



**e documentação narrativa:** redes de pesquisa e formação. Salvador: EDUFBA, 2015.

STREET, Brian; BAGNO, Marcos. **Perspectivas Interculturais Sobre o Letramento.** In. Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 8, p. 465-488, 2006.

STREET, Brian V. **Understanding and Defining Literacy**, 2005. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146186> Acesso em 20 junho 2024.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem.** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1991.

WALSH, Catherine. Gritos, gretas e sementeiras de vida: Entreteceres do pedagógico e do colonial. In S. R. M. Souza, & L. C. Santos (Org.), **Entre-linhas:** educação, fenomenologia e insurgência popular. Editora: EDUFBA. 2019. p. 93-120.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola.** São Paulo: Global Editora, 2003.